

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8011 | Salvador, terça-feira, 29.09.2020

Presidente em exercício Euclides Fagundes

**Reforma tributária
só beneficia patrão**

Página 2

**A Caixa é essencial para
o desenvolvimento**

Página 3



BRASIL

A grana está mais curta

Durante a pandemia, muitos brasileiros têm enfrentado dificuldades financeiras, sobretudo em função da falta de ação do governo Bolsonaro, que socorre os bancos, mas deixa

a população ao léu. Para quem tem escolaridade baixa, a grana está ainda mais curta. O trabalhador que não completou o ensino médio perdeu até 25% da renda. Página 4



Trabalhadores com menor escolaridade perdem até 25% de renda durante a pandemia causada pelo novo coronavírus. É a maior queda já registrada

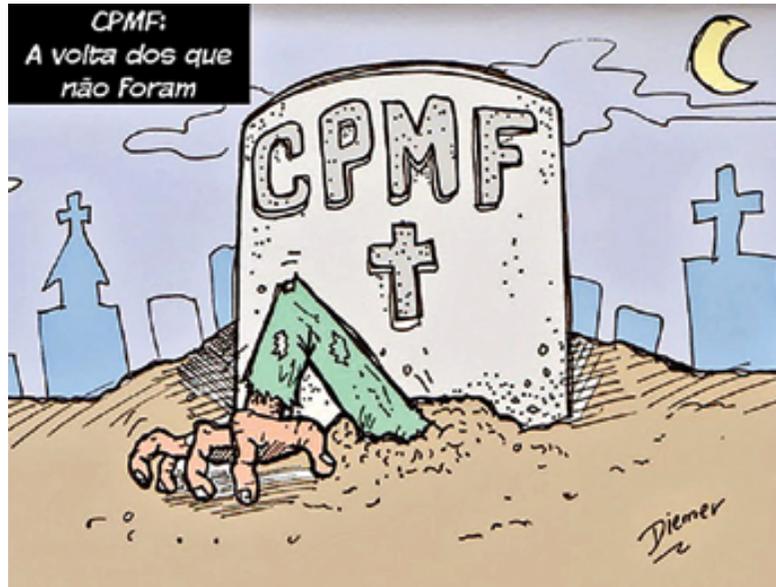
Bolsonaro propõe um remendo

Proposta não resolve as desigualdades do sistema tributário

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

PARA beneficiar o setor empresarial, o governo Bolsonaro pretende introduzir uma espécie de CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) na proposta de reforma tributária e criar um imposto sobre transações com alíquota de 0,2%, independentemente da renda. Ou seja, novamente o peso dos tributos recai sobre os mais pobres.

Na verdade, a equipe econômica de Bolsonaro não propõe uma reforma. Faz um remendo



para atender pequenos interesses. O ministro da Economia, Paulo Guedes, quer empurrar a desoneração da folha de pagamentos de todos os setores. Be-

nefícios só para os patrões.

O objetivo é reduzir o pagamento de 20% que as empresas fazem na contribuição previdenciária dos salários dos empregados.

dos. Os patrões deixariam de recolher R\$ 100 bilhões por ano.

Bolsonaro não propõe uma reforma profunda, que aborde a regressividade. O Brasil precisa tributar mais quem paga menos impostos, ou seja, os mais ricos. Hoje, a arrecadação tributária no país é extremamente desigual.

Uma mostra da desigualdade é que no Brasil existe o imposto territorial rural e, apesar dos muitos latifúndios no país, a arrecadação chega a apenas 0,04% do total de tributos arrecadados. Os endinheirados que possuem terras, barcos e aviões pagam muito pouco, enquanto o cidadão brasileiro que tem uma moto para fazer entrega durante o dia, por exemplo, precisa pagar impostos, que pesam na renda. Não faz sentido.

Salles passa a boiada

O MINISTRO do Meio Ambiente disse, em reunião em abril, que o governo Bolsonaro deveria aproveitar a pandemia do coronavírus para passar a boiada. Dito e feito. Ricardo Salles aprovou, ontem, a extinção de duas resoluções que definiam áreas de proteção permanente de manguezais e de restingas do litoral brasileiro.

As áreas despertam interesses do setor imobiliário. A medida de Ricardo Salles, portanto, abre o caminho para as especulações nas faixas de vegetação de praias e para a ocupação de áreas de mangues para produção de camarão.

O Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) também anulou uma resolução que estabelecia como obrigatório o licenciamento ambiental para projetos de irrigação.

Prova de que está empenhado na destruição total do meio ambiente, ao invés de preservá-lo, Ricardo Salles, que preside o

Conama, aprovou ainda a queima de materiais de embalagens e restos de agrotóxicos em fornos industriais para serem transformados em cimento. Muito preocupante.



Ampliação do seguro pode reduzir os efeitos sociais e econômicos da crise

Governo empurra ampliação do seguro-desemprego

O GOVERNO Bolsonaro ignora a situação de milhares de pessoas que poderiam ser beneficiadas pelo seguro-desemprego. Em reunião do Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador), a equipe econômica adiou a votação sobre a ampliação em duas parcelas do benefício durante a pandemia de Covid-19.

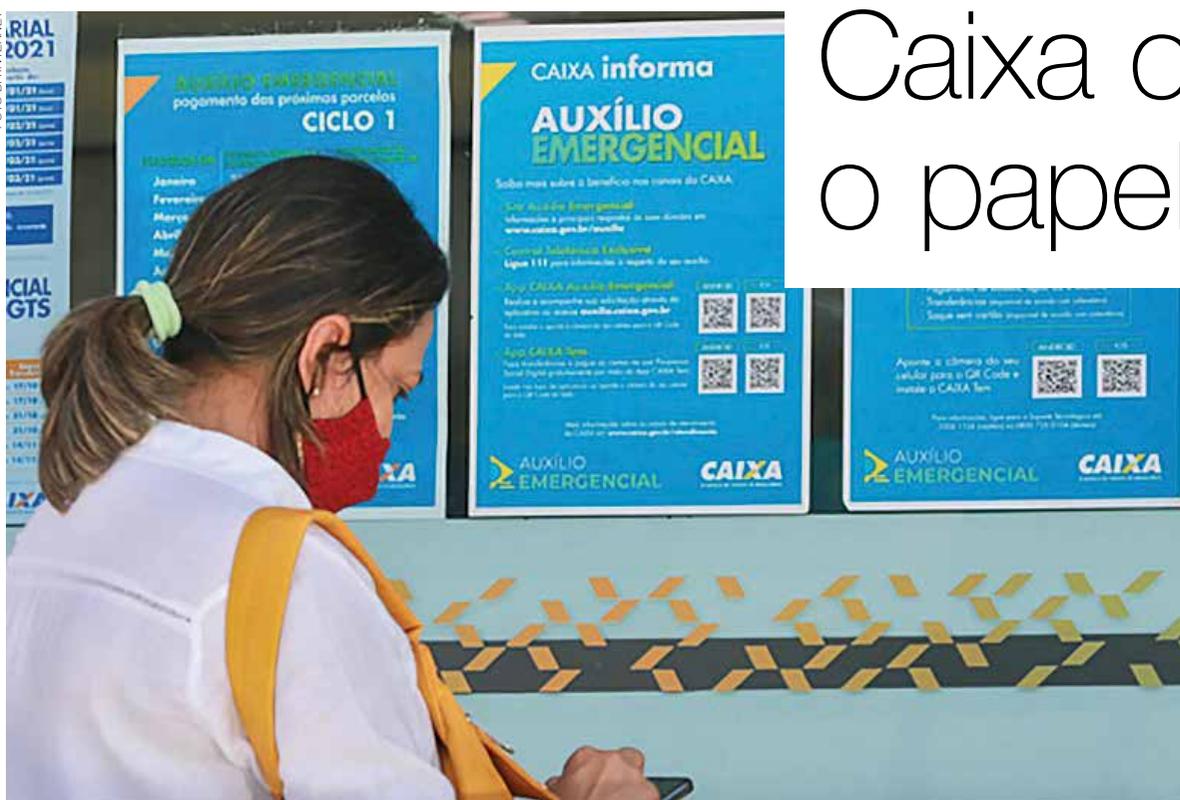
Com a ampliação do seguro, recursos seriam injetados na economia brasileira, fator importante para a retomada. Por

isso, sindicatos de todo o país apresentaram a demanda, com o objetivo de diminuir os impactos sociais e econômicos em função do avanço do desemprego. Segundo o IBGE, o Brasil possui atualmente 13,6 milhões de pessoas desempregadas.

Outro motivo pelo qual o seguro-desemprego deve ser ampliado é porque os trabalhadores que ficaram desempregados na pandemia não têm direito ao auxílio emergencial, pensado para autônomos e informais.



Ministério da destruição ambiental



Mais de 67 milhões de pessoas foram beneficiadas com o pagamento do auxílio emergencial durante a pandemia

Caixa cumpre o papel social

Foram 304,5 milhões de pagamentos do auxílio emergencial

ANGÉLICA ALVES
imprensa@bancariosbahia.org.br

Mercantil sem compromisso

PARA denunciar as demissões feitas pelo Mercantil do Brasil, trabalhadores e entidades representativas realizaram um tuitaço, ontem, para chamar a atenção da sociedade para o absurdo cometido pela empresa. Com a hashtag #Mercantil-SemCompromisso, a campanha denuncia o fechamento das plataformas de serviços em Salvador, Brasília e Recife.

O Mercantil já demitiu 18 trabalhadores e o número ainda pode aumentar. A cam-

panha reivindica que o banco reveja as demissões e realoque os funcionários em outras praças, já que, durante a campanha salarial, o banco se comprometeu a não demitir funcionários durante a pandemia.

Os sindicatos exigem também a extensão, até 31 de dezembro deste ano, do acordo que concede aos bancários demitidos benefícios, como o pagamento de indenização a partir de R\$ 2.500,00, além de R\$ 1.000,00 em vale alimentação.



Conselho dos presidentes

NA AVALIAÇÃO do Conselho dos Presidentes da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe, a campanha salarial deste ano foi positiva. Os participantes destacaram que a categoria saiu vitoriosa das negociações, especialmente no momento de conjuntura adversa, com um governo que ataca os direitos dos trabalhadores.

Durante reunião, na sexta-feira, foi ressaltada que a manutenção da mesa única também foi uma conquista. Na oportunidade, o conselho ainda definiu a data do 15º Congresso da Feebbbase, que acontece no dia 12 de dezembro, de forma totalmente virtual.

Aposentados querem mudanças

OS APOSENTADOS e pensionistas assistidos pela Funcef solicitam a liberação da margem consignável do Credplan e alteração no sistema de crédito de pagamento. A mobilização é por meio de abaixo-assinado virtual.

Desde dezembro passado, a Fundação limitou o crédito da margem consignável em cerca de 50%. O convênio com o INSS

APESAR do desmonte provocado pelo governo Bolsonaro, a Caixa tem cumprido o papel social e mostrado a importância de o Brasil ter um banco público forte e voltado para desenvolvimento nacional. A instituição financeira atingiu a marca de 304,5 milhões de pagamentos do auxílio emergencial durante a pandemia causada pelo novo coronavírus.

Foram mais de 67 milhões de pessoas beneficiadas, o que representa um montante de R\$ 207,9 milhões injetados na economia. Por trás dos números estão os empregados, que trabalham sob rotina estressante, com cobranças abusivas de metas, sobrecarregados, com jornadas extrapoladas, mas mantendo o atendimento do serviço essencial à população.

Apesar da função estratégica da Caixa, o governo Bolsonaro insiste na ideia de privatização do único banco 100% público do Brasil. Vender a instituição significa enfraquecer o papel social e comprometer os investimentos públicos em desenvolvimento no país.

(Instituto Nacional do Seguro Social) foi garantido, mas ainda não há previsão para a volta da margem dos participantes.

Os aposentados foram surpreendidos com o lançamento antecipado dos débitos antes de terem sido realizados os créditos. O que deixou milhares de participantes negativados e impossibilitados de movimentar a própria conta.

Rendimento está em queda livre

O trabalhador com baixa escolaridade é o que mais sente

RENATA ANDRADE
imprensa@bancariosbahia.org.br

MESMO o brasileiro que conseguiu se manter empregado durante a pandemia do novo coronavírus sente no bolso o impacto causado pela crise. Quem tem grau de escolaridade menor, fica ainda mais vulnerável. A renda dos trabalhadores que não chegaram a completar o ensino médio caiu até 25%. A perda do rendimento até maio tinha sido de 18% na média de todas as escolaridades.

Segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domi-

cílios) Covid, do IBGE, a retomada gradual da economia em junho e julho resultou no alívio da queda, alcançando 17% e 13%, respectivamente. O levantamento ainda apontou que o auxílio emergencial de R\$ 600,00 ajudou a amenizar a situação dos trabalhadores informais.

Além da falta de políticas efetivas do governo Bolsonaro, a crise econômica atinge em cheio as pessoas que estudam menos. Por serem mais vulneráveis no mercado de trabalho, foram as primeiras a ter o contrato suspenso e redução de jornada. Quase um quarto dos trabalhadores formais (9,5 milhões) se encaixa nesse cenário.

Entre maio e julho, os empregados sem instrução alguma ou com até o ensino



Perda na renda chega até 25% para quem tem baixa escolaridade

fundamental incompleto chegaram a perder R\$ 431,00 por mês. Já quem possui ensino

superior e melhores cargos teve baixas de renda de 14% a 10%, entre maio e julho.



Bolsonaro tira verbas do Bolsa Família e da educação para o Renda Cidadão

Substituto do Bolsa Família vai pagar menos de R\$ 300,00

JAIR Bolsonaro vai dificultar ainda mais a vida das famílias que sobrevivem com os programas sociais. O Renda Cidadã, como foi batizado o substituto do Bolsa Família, não deve chegar nem a R\$ 300,00, pois o governo não vai furar o teto de gastos para financiar a iniciativa.

Criado no governo do ex-presidente Lula, o Bolsa Família beneficia, hoje, 14 milhões de famílias, contribuindo no combate às desigualdades

no Brasil. O novo programa de transferência de renda de Bolsonaro nem de longe resolve os problemas dos brasileiros, agravados pela pandemia.

Para custear o Renda Cidadã, Bolsonaro retira dinheiro do próprio Bolsa Família, com a sobra de recursos após o pagamento de precatórios, além de uma fatia da verba do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).



SAQUE

Rogaciano Medeiros

É EVIDENTE Está claro. As frações das elites que dão sustentação ao neofascismo bolsonarista tão cedo não devolverão os direitos políticos de Lula, cassados ilegalmente em uma condenação sem provas. Celso de Mello deixa o STF dia 13 próximo e nada do julgamento da suspeição de Moro. Está tudo dominado. Com Justiça seletiva não há Estado democrático de direito.

UM ACINTE Cabe ao Senado zelar pelo bem da suprema corte. No Brasil neofascista, influentes segmentos das bancadas da bíblia, da bala, do boi e lavajatistas governistas pressionam pela indicação de Marcelo Bretas para substituir Celso de Mello no STF. O juiz da Lava Jato no Rio acaba de ser punido pelo CNJ por aparecer em eventos políticos com Bolsonaro.

SÓ ATROPELANDO Como não encontra resistência nas instituições que deveriam obrigar o cumprimento das leis, o neofascismo segue atropelando as regras. No sábado, advogados e dirigentes da OAB foram agredidos e presos em delegacia na Paraíba e agora Bolsonaro quer que a PF impeça Boulos de criticá-lo. A exceção tem virado regra. Impunemente.

BEM BOLSONARISTA É aquele caso, "pimenta nos olhos dos outros é refresco". Bolsonaro ganhou a eleição se aproveitando de *fake news* que atacavam inimigos políticos e os demonizavam, a fim de inviabilizá-los eleitoralmente. Também defende notícias falsas alegando liberdade de expressão. No entanto, quer fazer a PF de polícia política para calar Boulos. Democracia bolsonarista.

RACISMO, SIM E ainda há quem diga que o Brasil não é um país racista. Então, como classificar a fala de Bolsonaro sobre "índio evoluído" e a postagem da deputada bolsonarista Bia Kicis (PSL-DF) com Moro e Mandeta pintados de preto para tentar vaga no treinamento do Magazine Luiza exclusivo para negros? Atos de racismo, sim. Indiscutivelmente. Se acham acima da lei.